

**FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

PÂMELA ANDRADE ARAÚJO

**INCLUSÃO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE PROMOVER SAÚDE COM
ESTUDANTES PORTADORES DE NEE's**

**PATOS DE MINAS
2021**

**FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

PÂMELA ANDRADE ARAÚJO

**INCLUSÃO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE PROMOVER SAÚDE COM
ESTUDANTES PORTADORES DE NEE's**

Monografia apresentada à Faculdade Patos de Minas como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Psicologia, para finalidade de obtenção do título de Bacharel, podendo gozar dos direitos de Psicólogo.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Antoniassi Junior

**PATOS DE MINAS
2021**

FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
Curso Bacharelado em Psicologia

PÂMELA ANDRADE ARAÚJO

**INCLUSÃO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE PROMOVER SAÚDE COM
ESTUDANTES PORTADORES DE NEE's**

Banca Examinadora do Curso de Bacharelado em Psicologia, composta em 24 de fevereiro de 2021.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Antoniassi Junior
Faculdade Patos de Minas

Examinadora 1: Profa. Ma. Delza Ferreira Mendes
Faculdade Patos de Minas

Examinadora 2: Profa. Ma. Mariana Aparecida Pereira Dias Nunes
Universidade de Franca



Faculdade Patos de Minas
Departamento de Graduação e Pós-graduação em Psicologia
Curso Bacharelado em Psicologia

Programa de Pós-graduação Lato Sensu de Psicologia em Processos Clínicos e Promoção da Saúde

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CURSO, APRESENTADO POR
Pâmela Andrade Araújo
COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM
PSICOLOGIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.

Aos dias do mês e ano abaixo datado, reuniu-se, no Laboratório de Psicoterapia de Grupo e Habilidades Sociais, a Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Patos de Minas, constituída pelos professores abaixo assinados, na prova de defesa de seu trabalho de conclusão de curso intitulado:

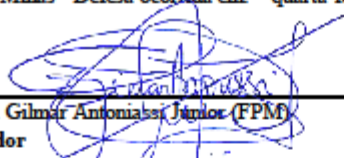
INCLUSÃO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE PROMOVER SAÚDE COM
ESTUDANTES PORTADORES DE NEE's


Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o graduando(a) sobre diversos aspectos da pesquisa e do trabalho, como REQUISITO PARCIAL DE CONCLUSÃO DE CURSO. Após a arguição, a comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do(a) graduando(a), tendo chegado ao resultado, o(a) graduando(a)

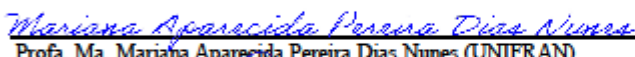
Pâmela Andrade Araújo


foi considerado(a) (Aprovada). Sendo verdade eu, Profa. Doutora Luciana de Araújo Mendes e Silva, Docente Chefe do Núcleo Científico do Departamento de Graduação e Pós-graduação em Psicologia, confirma e lavra a presente ata, que assino juntamente com o Coordenador do Curso e os Membros da Banca Examinadora.

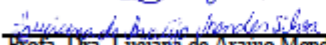
Patos de Minas - Defesa ocorrida em: quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021


Prof. Dr. Gilmar Antoniazzi Júnior (FPM)
Orientador


Profa. Esp. Cintia Moura (FPM)
Examinador 1


Profa. Ma. Mariana Aparecida Pereira Dias Nunes (UNIFRAN)
Examinador 2


Prof. Dr. Gilmar Antoniazzi Júnior
Coordenador do Departamento de Graduação e Pós-graduação em Psicologia


Profa. Dra. Luciana de Araújo Mendes Silva
Chefe do Núcleo Científico do Departamento de Graduação e Pós-graduação em Psicologia

DEDICO este trabalho à minha amável Maria Luísa Gomes da Silva, que muito me ensinou no tempo em que caminhei ao seu lado e que nunca desistiu de nada, mesmo diante das suas maiores dificuldades. Também dedico a todos os profissionais da Psicologia, que desejam exercer a profissão com empenho e olhar humano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que durante os 5 anos de faculdade foi meu guia e grande fortaleza diante de todas as adversidades e alegrias da graduação.

Agradeço à minha avó, Nilda Maria de Jesus (*in memorian*); minha herança pra vida inteira. Você ensinou-me sobre o amor infinito, o cuidado e principalmente sobre nunca abandonar o trajeto iniciado. A você, luz da minha vida, meu eterno agradecimento. Amo-a.

Agradeço também à minha mãe, Janaina Andrade, que junto a mim enfrentou e travou as maiores batalhas durante toda a graduação, abdicando-se de suas vontades e desejos para que eu trilhasse esse caminho, com força e dedicação. Mãe, não existe nenhuma teoria que consiga explicar o amor infinito que existe entre nós e nenhum teste seria capaz de medir a quantidade do meu agradecimento por ter você. Sem você, eu jamais chegaria aqui ou a qualquer outro lugar. A distância física nunca foi capaz de separar nossos corações. Eu amo-a infinitamente.

Agradeço ao meu pai, Sílvio Alves de Araújo, por acreditar e confiar em mim. Talvez em algum momento acreditássemos que esse momento não chegaria, mas ele aconteceu. Obrigada. Amo-o.

Agradeço à minha querida amiga e irmã de coração, Marina Cristina Barbosa. Você foi minha maior companheira nesses 5 anos. Nossa história dentro da faculdade daria um livro com inúmeros capítulos; afinal, juntas passamos por diversas barreiras, superamos muitas tristezas, mas sempre encontramos bons motivos para sorrirmos e alegrarmos tantas pessoas à nossa volta. E é com sorrisos no rosto que conseguimos chegar a esse momento tão sonhado. Amo você e sou grata por tudo.

Em especial, agradeço à minha esposa, Tatiana Carolina Silva de Almeida, que chegou quando eu mais precisava de apoio, tornando-se meu pilar de sustentação nessa reta final. Meu amor, obrigada por todo o companheirismo, a paciência e dedicação. Sei que você vibra ao meu lado por mais essa conquista, nossa conquista. Amo você!

Agradeço à E. M. “Frei Leopoldo”, que me acolheu anos atrás como aluna e depois, como estagiária. Foi com vocês que o amor pela psicologia escolar nasceu, cresceu e hoje, aqui está o fruto desse amor.

Agradeço a todas as participantes desse trabalho, pela contribuição e disponibilidade. Serei eternamente grata.

Agradeço à minha querida e eterna Maria Luísa Gomes da Silva, que tanto me ensinou e foi a força motriz para que esse trabalho saísse dos meus sonhos e se tornasse uma realidade. Com sua eterna doçura, aprendi muito mais do que ensinei. Minha doce menina, obrigada por tudo e por tanto. Brilhe sempre.

Ao meu querido professor e orientador, Gilmar Junior Antoniassi, agradeço por toda a sua paciência, dedicação, disponibilidade, carinho e amor com que você, em cada palavra e supervisão dedicou a mim e a esse trabalho. Não há palavras suficientes que consigam expressar minha gratidão. Por fim, desejo que ao exercer minha profissão na clínica, e futuramente na docência, eu consiga nutrir infinitamente o amor pela psicologia assim como você, que ao decorrer de 5 anos, foi e é um excepcional exemplo. Muito obrigada.

Faça o seu melhor, nas condições que você tem, enquanto não tem condições melhores, de fazer melhor ainda.

Mário Sérgio Cortella

RESUMO

ARAÚJO, Pâmela Andrade. **Inclusão escolar como estratégia de promover saúde com alunos portadores de NEE's**. 2021. 54f. Monografia. (Curso de Bacharelado em Psicologia) – Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas/ MG.

O objetivo do estudo é investigar a percepção de professores do ensino fundamental acerca da inclusão escolar de estudantes portadores de Necessidades Educacionais Especiais em observação das práticas educativas para promover saúde na escola. Trata-se de uma pesquisa do tipo observador participante de natureza qualitativa, que se utilizou do método entrevista episódica para produzir as análises. Participaram do estudo 10 professoras que atuam no ensino fundamental da rede Municipal de Educação, do interior do Estado de Minas Gerais, Brasil. As observações aconteceram no decorrer do período de estágio. As entrevistas foram realizadas de conformidade com a disponibilidade das participantes. Foi possível observar que 60% das participantes não possuem formação na área de educação especial e 30% acredita que a troca de experiências entre colegas também é um meio apontado como forma de aperfeiçoarem seus conhecimentos e a prática do trabalho com alunos NEE's. O modo como elas buscam por capacitação ocorre através de cursos e leituras individualizadas. De acordo com as entrevistadas, o vínculo entre professor-aluno foi considerado de suma importância para se fazer a diferença no processo de ensino-aprendizagem visando à promoção da inclusão escolar. Conclui-se que as percepções dos professores revelam que a participação da família, o cumprimento das leis básicas da educação, a relação entre professor-aluno, a interação entre os alunos e a formação continuada são fatores que contribuem para a inclusão escolar e promovem a saúde.

Palavras-chaves: Psicologia. Estratégias. Inclusão escolar. Promoção da Saúde. NEE.

ABSTRACT

ARAÚJO, Pâmela Andrade. **The school inclusion as a strategy to promote health with students with SEN's**. 2021. 54f. Undergraduate thesis. Bachelor in Psychology Graduation - Patos de Minas College, Patos de Minas / MG.

This study aims to investigate the feeling of elementary school teachers about school inclusion of students with Special Educational Needs (SEN) besides educational practices to promote health at school. It is about a qualitative observing research. To produce the analyses it was used the episodic interview method. Ten teachers, who work in elementary school of the Municipal Education, from the interior of the State of Minas Gerais, Brazil, took part in the interview. The observations took place during the internship period and the interviews were conducted according to the participants' availability. It was possible to observe that 60% of the participants do not have training in the area of special education and 30% believe that the exchange of experiences between colleagues is also pointed out as a way to improve their knowledge and the practice of working with SEN students. The teachers look for training through individualized courses and readings. According to the interviewees, the bond between teacher and student was considered of the utmost importance to make a difference in the teaching-learning process aiming at promoting school inclusion. It is concluded that teachers' perception reveal that family participation, compliance with basic education laws, the relationship between teacher and student, interaction between students and continuing education are factors that contribute to school inclusion and promote health.

Keywords: Psychology. Strategies. School inclusion. Health Promotion. SEN.

RESUMEN

ARAÚJO, Pâmela Andrade. **La inclusión escolar como estrategia de promoción de la salud en estudiantes con SEM's**. 2021. 54f. Monografía. (Licenciatura en Psicología) - Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas / MG.

El objetivo del estudio es investigar la percepción de los docentes de primaria sobre la inclusión escolar de los estudiantes con Necesidades Educativas Especiales en la observación de prácticas educativas para promover la salud en la escuela. Es una investigación cualitativa de tipo observador, que utilizó el método de entrevista episódica para producir los análisis. Participaron del estudio 10 docentes que laboran en la escuela primaria de la red de Educación Municipal, del interior del Estado de Minas Gerais, Brasil. Las observaciones tuvieron lugar durante el período de prácticas. Las entrevistas se realizaron de acuerdo con la disponibilidad de los participantes. Se pudo observar que el 60% de los participantes no tiene formación en el área de educación especial y el 30% cree que el intercambio de experiencias entre compañeros es también un medio señalado como una forma de mejorar sus conocimientos y la práctica de trabajar con estudiantes NEE. La forma en que buscan la formación se da a través de cursos y lecturas individualizados. Según los entrevistados, se consideró de suma importancia el vínculo entre profesor y alumno para marcar la diferencia en el proceso de enseñanza-aprendizaje con el objetivo de promover la inclusión escolar. Se concluye que las percepciones de los docentes revelan que la participación familiar, el cumplimiento de las leyes de educación básica, la relación entre docente y alumno, la interacción entre estudiantes y la educación continua son factores que contribuyen a la inclusión escolar y promueven Salud.

Palabras clave: Psicología. Estrategias. Inclusión escolar. Promoción de la salud NEE.

LISTA DE SIGLAS

AEPM	Associação Educacional de Patos de Minas
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos
CEPPAGE	Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia Aplicada e Clínica Escola
FPM	Faculdade Patos de Minas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEE	Necessidade educacionais especiais
ONU	Organização das Nações Unidas
PSE	Programa de Saúde na escola
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UE	Unidade Escolar

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Soma total do número de matrículas da educação especial em classe comum ou classe exclusiva, em todas as etapas de ensino nos anos de 2010 e 2019. 22
- Quadro 2 - Soma total do número de docentes da educação especial em classe comum ou classe exclusiva, em todas as etapas de ensino nos anos de 2010 e 2019. 22
- Quadro 3 - Soma total do número de estabelecimentos da educação especial em classe comum ou classe exclusiva, em todas as etapas de ensino nos anos de 2010 e 2019. 23
- Quadro 4 - Soma total do número de turmas da educação especial em classe comum ou classe exclusiva, em todas as etapas de ensino nos anos de 2010 e 2019. 23

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Distribuição das participantes conforme carreiras

36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1	Diálogos sobre a inclusão escolar social	20
2.2	Necessidades educativas especiais	24
2.3	Promoção da saúde na escola	25
3	OBJETIVOS	29
3.1	Objetivo geral	29
3.2	Objetivos específicos	29
4	MATÉRIAS E MÉTODOS	30
4.1	Natureza do estudo	30
4.1.1	Pesquisa observador participante.....	30
4.1.2	Entrevista episódica.....	30
4.2	Local de estudo	31
4.3	Procedimentos de coleta de dados e participantes da pesquisa	32
4.3.1	Os instrumentos de pesquisa.....	32
4.3.2	Descrição do procedimento de coleta de dados.....	32
4.3.2.1	<i>Observando o contexto da unidade escolar</i>	33
4.3.2.2	<i>Entrevistando um dos diferentes atores: os professores</i>	34
4.4	Análises dos dados	35
4.5	Aspectos éticos da pesquisa	35
5	RESULTADOS	36
6	DISCUSSÃO DO RESULTADOS	39
7	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	44
	ANEXOS	49
	Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	49
	Anexo B - Declaração.....	50

1 INTRODUÇÃO

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, priorizando o acesso e a permanência na escola, a fim de promover a formação cidadã, preparando o indivíduo para o trabalho, estimulando a participação social (Silva & Ferreira, 2014).

Através da Lei 9.394/99, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), está estabelecido o direito de toda a população de se ter acesso à educação gratuita e de qualidade, valorização dos profissionais, bem como a promoção do pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício da cidadania e do trabalho (Brasil, 1996).

O sistema de ensino brasileiro divide-se em diferentes níveis, cuja finalidade é promover o conhecimento e a formação cidadã. A educação infantil é o primeiro nível da educação básica, com o objetivo de desenvolver integralmente as crianças de até 5 anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (Brasil, 1996).

O ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, inicia-se aos 6 anos e tem a duração de 9 anos gratuitamente na escola pública, com o objetivo de formação básica do cidadão. Nesse nível da educação básica será desenvolvida a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (Brasil, 1996).

A etapa final da educação básica, o Ensino Médio, tem duração de três anos e tem como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-

tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996).

Após as etapas da educação básica, o cidadão poderá acessar a educação superior, que tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração (Brasil, 1996).

Pretende-se assim, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição; atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (Brasil, 1996).

A escola, nas sociedades letradas, é estabelecida como um lugar de importância para que as funções da educação, aprendizagem dos conhecimentos, artes, ciências e tecnologia sejam cumpridas (Marques & Castanho, 2011)

A educação é apresentada para a sociedade como uma questão de multiplicidade, pois não é somente de sobrevivência, mas é o que impulsiona a humanidade. Educar é, então, humanizar o ser humano, abrangendo suas ações, comportamentos, hábitos e outros tantos aspectos (Oliveira, Viana, Boveto, & Sarache, 2013).

Canivez (1991) mostra que a escola passa a ser o espaço social, depois da família:

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra (p. 33).

A escola recebe uma diversidade de alunos, com contextos diferentes e realidades distintas, e traz uma série de necessidades também, podendo apresentar-se como impedimento para o desenvolvimento das crianças e também para o crescimento do profissional de educação, que por muitas vezes precisa atuar fora do contexto de sua formação (Silva & Ferreira, 2014).

Dentro dessa multiplicidade, a instituição de ensino recebe um grande número de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE's). Sendo assim, a incongruência da inclusiva encontra-se cada vez mais presente nas políticas públicas brasileiras, em especial no que tange aos setores da saúde, educação, cultura, esporte, trabalho, assistência e lazer (Menino-Mencia, Belancieri, Santos, & Capellini, 2019 et al., 2019).

Para Benitez e Domeniconi (2015), na contramão da interação social, a inclusão escolar estabelece modificações no ambiente para enriquecer a o processo de todos os alunos, partindo de um sistema de apoio, possuindo suporte abundante de inúmeros serviços e outras assistências necessárias para se alcançar o ensino e aprendizagem de todos.

Observa-se que no setor pedagógico e ramificações não há presença de uma equipe multidisciplinar, o que seria de importante auxílio para as demandas escolares, principalmente nas demandas do cotidiano, tanto as psicológicas quanto as sociais, pois as questões de sala de aula são alcançadas pelo professor, mas as cotidianas não, pois estes não estão capacitados para isso (Silva & Ferreira, 2014).

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas, a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a

construção do conhecimento, através da interação com ele e com os colegas (Lacerda, 2006).

Documentos internacionais estabelecem como princípio fundamental para a educação inclusiva a aprendizagem de todas as crianças, de maneira que possam estar juntas, atendendo à diversidade e respeitando às necessidades de seus alunos (Menino-Mencia et., 2019).

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, declara que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação, com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada, para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Organização das Nações Unidas [ONU], 2006).

Segundo Booth e Ainscow (2012), uma escola inclusiva favorece a relação social entre os alunos e igualmente, maior envolvimento nos processos educacionais.

A inclusão escolar, como parte da luta por direitos sociais, tem engendrado intensos debates, reflexões e políticas públicas na tentativa de garantir acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos na escola (Almeida, Melo, & França, 2019).

Numa escola inclusiva só pode existir uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas (Sanchez & Teodoro, 2006).

No paradigma da inclusão, à sociedade cabe promover as condições de acessibilidade necessárias, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem

de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida (Brasil, 2015).

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesses casos e em outros, como nos transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes (Brasil, 2015).

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008).

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem como objetivo:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial, desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008).

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação, que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações (Brasil, 2015).

Daí a necessidade de saber como os professores têm percebido as práticas educativas no ensino fundamental acerca da inclusão escolar, para promoverem saúde na escola. O presente estudo justifica-se pela necessidade de se compreender

a importância das práticas educativas no contexto da promoção da inclusão escolar para se adquirir conhecimento e realizar a socialização.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Há imprescindibilidade de se apresentar as contribuições científicas acerca das práticas educativas para promover saúde na escola, no tocante aos estudantes portadores de Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A produção científica levantada na literatura foi organizada em três eixos respectivamente estabelecidos sobre os aspectos da inclusão, os aspectos referentes à NEE e às práticas educativas para garantia da redução das desigualdades e a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável, para proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, conforme objetivos da Agenda 2030 (ONU, 2015).

2.1 Diálogos sobre a inclusão escolar social

É justamente considerando uma nova formação escolar e a participação de todos os alunos, incluindo os que apresentam necessidades especiais, que com um entendimento completo de todas as disciplinas, novas escolas podem ser propostas para todo o ensino, refletindo sua formação histórica, e assim esse aluno será visto como um indivíduo essencialmente participativo em sua comunidade (Gomes & Rey, 2007).

No século XIX, o Brasil já contava com algumas iniciativas de educação inclusiva, mas as mesmas acompanhavam a tendência da época, com instituições residenciais e hospitalares, porém, fora do sistema de educação geral, que aos poucos seriam instituídos no país (Mendes, 2006).

Pessoas com necessidades educacionais especiais são um grupo que tem sido sistematicamente excluído ao longo da história. Quando se trata de pessoas com deficiência, o processo de exclusão é ainda mais impróprio. Na situação de déficit, não há dúvida de que os intelectuais são os que mais encontram dificuldades de estabelecer participação social (Barbosa & Moreira, 2009).

É importante ressaltar que conforme o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (Brasil, 1990) prevê em seu artigo 53, que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (p.46).

No entanto, com a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1994), ergueu-se a possibilidade mais concreta e efetiva de que esse grupo, até então excluído, viesse a participar do ensino-aprendizado em escolas regulares do sistema brasileiro de ensino.

A inclusão busca a inserção de todos os indivíduos dentro da escola, a fim de proporcionar uma educação e aprendizado de qualidade, onde não seja somente colocar o aluno na escola regular, mas também conhecer todas as suas necessidades, tornando a inclusão efetiva (Silva, 2011).

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, conseqüentemente, uma sociedade para todos (...) A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (Sassaki, 1997, p. 167).

Faz parte do processo de inclusão escolar, inserir todas as crianças e adolescentes, sem que haja nenhum tipo de distinção, com vários tipos de necessidades e graus de comprometimento social e cognitivo dentro do âmbito escolar. Busca-se assim reduzir o preconceito e promover a socialização das pessoas com necessidades educativas especiais para que participem e desfrutem dos espaços e ambientes comunitários (Papim & Sanches, 2013).

Sendo a escola o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade (Frias & Menezes, 2008), o acesso de alunos com NEE's às escolas e professores preparados se faz necessário para que de fato ocorra a inclusão escolar e progressivamente, a promoção da saúde.

Os quadros que se seguem apresentam dados selecionados do Censo Escolar 2010 e 2019 sobre matrículas, docentes, estabelecimentos e turmas em educação

especial no país, no estado de Minas Gerais e no município de Patos de Minas, cidade onde se realizou o presente trabalho.

No quadro 1 são apresentados os dados relacionados ao número de matrículas da educação especial, seja em classe comum ou exclusiva, sendo possível perceber que no ano de 2019 houve um aumento de mais 70% no número de matrículas no território brasileiro, comparado com o ano de 2010. No estado de Minas e Gerais e na cidade de Patos de Minas, houve um aumento respectivamente de mais 75% e 80%, em 2019, quando comparado com 2010.

Quadro 1 - Soma total do número de matrículas da educação especial em classe comum ou classe exclusiva em todas as etapas de ensino nos anos de 2010 e 2019

Região geográfica	Ano	Número de matrículas
Brasil	2010	702.603
	2019	1.250.967
Minas Gerais	2010	80.429
	2019	142.098
Patos de Minas	2010	364
	2019	657

Fonte: INEP (2010, 2019)

É possível observar no quadro 2, referente ao número de docentes da educação especial, que em 2019 o Brasil teve um aumento 78% de docentes quando comparado com 2010. O estado de Minas Geras mais que dobrou o número de docentes, tendo aumentado no ano de 2019 mais de 100% o número de docentes. A cidade de Patos de Minas em 2019 teve um aumento expressivo, passando de 120% o aumento de docentes se comparado com o ano de 2010.

Quadro 2 - Soma total do número de docentes da educação especial em classe comum ou classe exclusiva em todas as etapas de ensino nos anos de 2010 e 2019

Região geográfica	Ano	Número de docentes
Brasil	2010	707.161
	2019	1.260.049
Minas Gerais	2010	64.848
	2019	134.068
Patos de Minas	2010	411
	2019	925

Fonte: INEP (2010, 2019)

No quadro 3 é possível identificar os dados referentes aos estabelecimentos da educação especial, em classe comum ou exclusiva. No ano de 2010 o Brasil possuía 87.590 mil estabelecimentos da educação especial e em 2019 teve um aumento de mais de 40% desses estabelecimentos. O estado de Minas Gerais também teve aumento acima de 40%, passando de 7.930 mil em 2010 para 11.145 mil estabelecimentos da educação especial. Enquanto isso, Patos de Minas teve um aumento acima dos 47% em 2019, em relação a 2010.

Quadro 3 - Soma total do número de estabelecimentos da educação especial em classe comum ou classe exclusiva em todas as etapas de ensino nos anos de 2010 e 2019

Região geográfica	Ano	Número de estabelecimentos
Brasil	2010	87.590
	2019	123.094
Minas Gerais	2010	7.930
	2019	11.145
Patos de Minas	2010	42
	2019	62

Fonte: INEP (2010, 2019)

No quadro 4 apresentam-se os dados relacionados às turmas de educação especial ofertadas. Em 2010 o Brasil contava com 347.010 mil turmas e em 2019, com um aumento superior a 100%, esse número chegou a 699.937 mil. Em Minas Gerais houve um aumento superior a 120% em 2019, quando comparados aos números de turmas em 2010. Patos de Minas, por sua vez, apresentou em 2019 um aumento superior a 155% no número de turmas quando comparado com 2010.

Quadro 4 - Soma total do número de turmas da educação especial em classe comum ou classe exclusiva em todas as etapas de ensino nos anos de 2010 e 2019

Região geográfica	Ano	Número de turmas
Brasil	2010	347.010
	2019	699.937
Minas Gerais	2010	31.885
	2019	71.505
Patos de Minas	2010	147
	2019	382

Fonte: INEP (2010, 2019)

Os quadros anteriores apresentam um aumento significativo de fatores que contribuem para a inclusão escolar, demonstrando que nos últimos anos, o acesso à inclusão escolar vem crescendo e sendo promovido nos três níveis governamentais: federal, estadual e municipal. A tarefa é criar espaços educacionais onde haja diferenças, para que as pessoas possam aprender umas com as outras, sem comprometerem nenhum aspecto básico do desenvolvimento (Lacerda, 2006), para que através das trocas e respeito às diferenças individuais, se estabeleça um ambiente propício à inclusão escolar.

A inclusão escolar é lugar de criação de espaços de esportes, lazer, artes e atividades criativas, desde que preparadas e pensadas para atenderem também as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (Lacerda, 2006). Entendendo que a inclusão escolar não se impõe, mas se faz necessário construí-la, o que faz diferença nesse processo são as pontes construídas para estabelecerem possibilidades de viver, conviver e aprender de forma colaborativa, percebendo ao longo dessa inclusão que quaisquer características se tornam singulares quando encontrados e promovidos ambientes educativos que se adequam às necessidades identificadas (Tomaz, 2011).

2.2 Necessidades educativas especiais

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) define necessidades especiais da seguinte forma:

A expressão "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares (...) neste conceito terão que se incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (p. 15).

Para que haja verdadeiramente uma sociedade inclusiva é importante o cuidado com a linguagem que se utiliza, afinal, através dela é possível, de forma voluntária ou não, expressar aceitação, respeito e preconceito em relação às pessoas ou grupos, conforme suas características (Frias & Menezes, 2009).

A utilização da expressão necessidades educacionais especiais tornou bastante comum e seu surgimento veio para atenuar ou neutralizar os efeitos

negativos de termos usados anteriormente para distinguir os indivíduos e suas singularidades, como: deficientes, excepcionais, subnormais, infradotados, incapacitados, superdotados, entre outras (Frias & Menezes, 2009).

Deverá ser utilizada a referida terminologia no âmbito da educação para referir-se a alunos cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou dificuldades de aprender; assim, pode ser atribuída a diferentes grupos de alunos, desde aqueles que possuem dificuldades permanentes ou temporárias, que interferem no processo de ensino-aprendizagem (Paraná, 2003).

Magalhães (2003) esclarece também que podem ser considerados alunos com necessidades educacionais especiais aqueles alunos com altas habilidades (superdotação), que necessitam de currículo diferenciado por sua superior capacidade de aprendizagem.

Os indivíduos, para serem considerados alunos com NEE's, necessitam passar por um diagnóstico, processo esse que para Fabrício e Cantos (2011) é o início para que ocorram as intervenções que, se seguidas, permitem que os indivíduos desenvolvam-se, aprendam a conviver com as características próprias, ultrapassem as dificuldades e percebam suas habilidades.

A identificação e avaliação de deficiências é processo fundamental (Marchesi, & Martín, 1995), mas diagnósticos não são definitivos e não podem ser considerados o ponto final do processo, pois saber o que acontece com um indivíduo, suas dificuldades e características não pode estar pautado em um nome dado ao quadro apresentado; assim, o diagnóstico não pode finalizar a intervenção adequada e reprimir o desenvolvimento (Fabrício & Cantos, 2011).

2.3 Promoção da saúde na escola

No encontro entre educação e saúde, a escola tem firmado-se como um importante local, abrigando as diversas possibilidades de iniciativas, como: ações de diagnóstico clínico e/ou social, estratégias de triagem e/ou atividades de educação em saúde, assim como promoção da saúde (Casemiro, Fonseca, & Secco, 2014).

A relação entre educação e saúde possui grande vínculo nas políticas públicas, principalmente por ter bases na universalização dos direitos humanos fundamentais, favorecendo assim maior proximidade entre todos os cidadãos do país (Brasil, 2009). Os processos educativos têm como princípios a construção de indivíduos com vidas

mais saudáveis e ambientes que favoreçam a saúde; assim, entende-se que a educação é algo que necessita ser construído e não repassado (ITI, 2002).

O Programa Saúde na Escola (PSE) resulta do trabalho integrado entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, na perspectiva de ampliar as ações específicas de saúde aos alunos da rede pública de ensino e tem como principais objetivos (BRASIL, 2007):

- I – Promover a saúde e a cultura de paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde;
- II – Articular as ações da rede pública de saúde com as ações da rede pública de Educação Básica, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;
- III – Contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos;
- IV – Contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;
- V – Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;
- VI – Promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; (p. 1).

A Carta de Ottawa (Ottawa, 1986) discorre que promover a saúde é o nome do processo de capacitação das comunidades para a melhoria da qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação no controle desse processo. Para alcançarem a saúde física, mental e social completamente, os indivíduos e grupos devem saber como determinarem as aspirações, atenderem às necessidades e melhorarem o meio ambiente de forma benéfica; assim, a promoção da saúde não é exclusividade do setor da saúde e vai em direção ao bem-estar global.

A promoção da saúde contribui para o desenvolvimento pessoal e social, por meio da divulgação de informações, educação para a saúde, bem como com o aumento das habilidades vitais; portanto, é papel da escola e de outros locais sociais alimentar ações que promovam a saúde (Ottawa, 1986).

A Declaração de Sundsvall (Sundsvall, 1991) discorre que um ambiente favorável é relevante para a saúde, pois os quesitos são dependentes um do outro. Assim, esses locais físicos e sociais favoráveis à saúde são locais onde os indivíduos moram, trabalham e usufruem como lazer.

É válido ressaltar que a educação em saúde é prática social centrada na problematização do cotidiano, na valorização da experiência e leitura das diferentes

realidades, bem como ser um processo de desenvolvimento da reflexão e consciência crítica a respeito dos problemas de saúde.

Para Alves e Aerts (2011), a educação em saúde é vista como uma prática social, devendo ser centrada na problematização do cotidiano, na valorização da experiência de indivíduos e grupos sociais e na leitura das diferentes realidades. Mendonça (1982) ressalta que a participação de todos os profissionais da saúde na capacitação de todos os indivíduos e grupos populacionais e o entendimento e respeito às diversas percepções são o ponto de partida da educação inclusiva, bem como a participação de toda a população e o progresso do serviço de saúde, que são estratégias de ações educativas.

É essencial ressaltar que em setembro de 2015 os países-membros das Nações Unidas aprovaram por unanimidade o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável, está baseada em cinco eixos de atuação: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias (ONU, 2015).

Em seu objetivo 10, são relacionadas dez metas que buscam redução da desigualdade de renda, inclusão econômica, política e social de todos os indivíduos, destacando em seu objetivo 10.2 que deverão acontecer o empoderamento e a promoção da inclusão, independentemente da idade, gênero, deficiência ou qualquer outra (ONU, 2015). A Agenda 2030, voltada para o desenvolvimento sustentável, em seu objetivo 16 tem como pressuposto, “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ONU, 2015, p. 36).

Na promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030, em seu objetivo 16.b, busca “promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015, p. 36). O setor educacional, dada sua capilaridade e abrangência, é um aliado importante para a concretização de ações de promoção da saúde voltadas ao fortalecimento das capacidades dos indivíduos, para a tomada de decisões favoráveis à sua saúde e à comunidade, para a criação de ambientes saudáveis e para a consolidação de uma política intersetorial, voltada para a qualidade de vida, pautada no respeito ao indivíduo e tendo como foco a construção de uma nova cultura da saúde (ITI, 2002).

A promoção da saúde não está ligada apenas à preservação do aspecto físico do indivíduo, mas também em fornecer subsídios mínimos para que o mesmo possa

estar presente de forma igualitária dentro dos ambientes sociais, como a escola. Assim, promover saúde é contribuir para que a inclusão escolar ocorra de forma a trazer benefícios a todos, respeitando as diferenças, implementando ações de conservação dos direitos e desenvolvimento contínuo (Alves & Aerts, 2011; ONU, 2015).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

O estudo objetiva investigar a percepção de professores do ensino fundamental acerca da inclusão escolar de estudantes portadores de Necessidades Educacionais Especiais (NEE's), em observação das práticas educativas para promover saúde na escola.

3.2 Objetivos específicos

- Conhecer o perfil e os aspectos da formação continuada dos professores.
- Compreender a percepção dos professores sobre a importância da relação professor-aluno na promoção das práticas integrativas, para se promover a inclusão.
- Identificar estratégias utilizadas para promoção da inclusão.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Natureza do estudo

Trata-se de uma pesquisa de observação participante, de natureza qualitativa, em que se utilizou o método entrevista episódica para produzir a descrição e reflexão acerca das metodologias de ensino ante as relações com o ambiente sustentável, nas perspectivas de promover Saúde e Educação.

No entanto, atualmente existe uma ação de favorecer a vontade de alternativas no modelo de se “fazer” investigação, que estejam também adaptadas às práticas de diversificados grupos, (Dias & Gama, 2014) inseridos em diferentes contextos das cidades e de diversas classes.

Daí a necessidade de uma investigação que se aproxime da realidade vivenciada por aqueles sujeitos investigados no estudo.

4.1.1 Pesquisa observador participante

O observador participante trata-se de uma metodologia de pesquisa que tem como base a pesquisa etnográfica e faz com que o pesquisador esteja inserido na vivência do universo pesquisado, estando mais próximo do participante, assim, participando de modo efetivo na investigação dos achados (Mónico, Alferes, Castro, & Parreira, 2017).

Entretanto, para que a observação participante ocorra, o pesquisador deve eliminar toda a sua subjetividade; conseqüentemente ele conseguirá ter a compreensão do fenômeno investigado no tocante ao envolvimento do participante da pesquisa (Mónico et al., 2017) , o que possibilita um olhar do todo ante o contexto pesquisado, pois a imersão do pesquisador no cenário de pesquisa diretamente participativo facilita a compreensão e análises do material revelado (Poole, Smith, & Simpson, 2015).

4.1.2 Entrevista episódica

A entrevista episódica é um tipo de entrevista narrativa marcada por episódios específicos; o entrevistador solicita uma narrativa ao entrevistado, buscando entender como um episódio impacta na representação social, buscando compreender o lado

humano, racional e narrativo através de circunstâncias concretas e conhecimento semântico (Flick, 2009).

O objetivo é analisar o conhecimento cotidiano do entrevistado sobre um determinado tema, fazendo uma comparação com outros grupos sociais (Flick, 2009).

Assim, é possível explorar vantagens das entrevistas narrativas e semiestruturadas, aproveitando a competência narrativa do entrevistado, através de rotinas e fenômenos cotidianos normais que podem ser analisados. Assim, o entrevistador possui mais opções para intervir no curso da entrevista, estabelecendo um diálogo mais aberto, usando as narrativas como forma de dados (Flick, 2009).

4.2 Local de estudo

O estudo foi realizado em uma Unidade Escolar de Ensino Fundamental, de uma Cidade do interior do estado de Minas Gerais, Brasil, de Médio Porte. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018 registrou-se uma população estimada de 150.893 habitantes, especificamente no último censo de 2010, a população corresponde 138.710 habitantes (IBGE, 2018).

Patos de Minas obteve no ano 2010 a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade correspondente a 98,6%. Em 2017, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realizou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEP referente aos anos iniciais e finais do ensino fundamental em que o município de Patos de Minas obteve nota 7,2 referentes aos anos iniciais e 5,0 aos anos finais (IBGE, 2018).

No ano de 2018 o número de alunos matriculados no ensino fundamental foi de 16.960 e no ensino médio um total de 5.725 alunos. Nesse mesmo ano foi verificado que o município conta com 49 UE e 1.009 docentes destinados ao ensino fundamental e 27 EU e 481 docentes destinados ao ensino médio (IBGE, 2018).

Em um contexto amplo e geral, referente à taxa de escolarização de 6 a 14 anos, o município ocupa no país o 1.139º lugar; no estado de Minas Gerais ocupa o 188º lugar e na microrregião em que está localizado ocupa o 4º lugar (IBGE, 2018). A escolha da Unidade Escolar (UE) ocorreu de modo intencional, devido ao Estágio de Intervenções Educacionais, onde se identificaram na fase de caracterização escolar alunos portadores de NEE; daí o motivo real da escolha em se proceder à pesquisa nesta instituição.

A UE está localizada na região do bairro Várzea, atendendo uma população de classe baixa a média, com muitos alunos em situações de vulnerabilidade pois está situada em uma região com altos índices de criminalidade. Funcionando em dois turnos (matutino e vespertino), atende 598 alunos em seu prédio principal e 59 alunos em seu anexo, contando com 44 professores. Atualmente possui 14 alunos com necessidades educativas especiais NEE, que são atendidos também por professores e estagiários apoio.

4.3 Procedimentos de coleta de dados e participantes da pesquisa

4.3.1 Os instrumentos de pesquisa

O instrumento de coleta de dados utilizará de *observações e da entrevista episódica* para se levantar os dados relevantes ante ao objetivo da pesquisa.

4.3.2 Descrição do procedimento de coleta dos dados.

A coleta de dados ocorreu num período posterior à experiência vivenciada no estágio de Psicologia Escolar remunerado, vinculado à Prefeitura Municipal. Foram 2 anos consecutivos de realização do estágio pela estagiária, que é membro do Grupo de Pesquisa em Cultura, Subjetividade e Promoção Psicossocial vinculado ao Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia Aplicada e Clínica Escola (CEPPACE) do curso de Psicologia da Faculdade Patos de Minas.

Nas observações e impressões da experiência vivenciada na unidade escolar logo que sistematizado o roteiro da entrevista, os pesquisadores utilizaram-se da técnica bola de neve para chegarem às professoras participantes de modo linear; esse contato foi feito por meio de uma das professoras, a qual indicou as demais colegas para serem possíveis participantes da entrevista, contatando uma a uma, apresentando-lhes a proposta de investigação. Aquelas que demonstraram disposição em serem entrevistadas, com elas foram acordados dia e horário para a entrevista. Possibilitou-se assim que cada uma viesse a recomendar a outra, de forma que a amostra cresceu num ritmo linear. Esse tipo de amostra (bola de neve) é considerado não probabilístico, usado com frequência para se ter acesso a populações de baixa incidência e indivíduos menos acessíveis, sendo que os

selecionados para serem estudados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos (Vinuto, 2014).

No primeiro contato com as participantes, no dia e horário agendado, primeiramente foi solicitado a elas que fizessem a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo – A) e todas as dúvidas requeridas foram esclarecidas, e assim, somente após a assinatura do referido termo, o diálogo foi iniciado.

Os critérios de inclusão foram as participantes serem professoras atuantes ou que tenham atuado com alunos portadores de NEE's, serem maiores de 18 anos e que apresentassem disponibilidade e interesse para participarem da entrevista. Concomitantemente foram excluídas professoras ausentes, cuja presença não se foi possível ter, mesmo em três tentativas para a entrevista.

Por conseguinte, a seleção da amostra daquelas que demonstraram disponibilidade e interesse resultou na participação de 10 professoras, sendo que as entrevistas tiveram duração de aproximadamente 4 horas para cada participante.

4.3.2.1 *Observando o contexto da unidade escolar*

A unidade escolar na qual se realizou o estudo é uma instituição municipal de ensino, composta por 44 professores que estão no ensino há anos e também por 598 alunos, que em sua maioria, iniciaram a vida escolar nessa escola.

Embora atenda alunos em situação de vulnerabilidade, a instituição conta com a participação efetiva da comunidade, inclusive nos conselhos de classe, conselhos fiscais e eventos abertos à comunidade escolar e a toda a população da cidade.

A escola conta com várias assistências e projetos, ofertados tanto pelo governo municipal quanto por instituições privadas. É participante frente de eventos já conhecidos no município, como o desfile cívico e militar no aniversário da cidade, Feira de Empreendedorismo e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

Embora possua dificuldades comuns a todas as instituições de ensino, a Unidade Escolar (UE) está sempre bem colocada nos indicadores educacionais, que atribuem valor estatístico à qualidade do ensino.

4.3.2.2 *Entrevistando um dos diferentes atores: os professores*

O roteiro da entrevista foi elaborado a partir das observações no decorrer do estágio de Psicologia Escolar. Inicialmente buscou-se identificar os dados sobre o histórico profissional, as opiniões a respeito do processo de inclusão, as demandas por elas observadas, a visão multiparticipativa, conforme assim elencado:

1. *Quanto tempo de profissão/carreira?*
2. *Quanto tempo de trabalho com alunos com NEE?*
3. *Você possui alguma formação na área de educação especial?
(Especialização, cursos, formação continuada, etc.)*
4. *Como você busca promover a formação continuada do trabalho/educação inclusiva?*
5. *Como você enxerga/percebe a relação entre professor e aluno no contexto geral?*
6. *Como você integrar todos os alunos em relação as suas diferenças na UE?*
7. *Quais estratégias você utiliza para promover a inclusão escolar?*

4.4 Análise dos dados

Levando em conta as observações, a categorização das entrevistas e as análises qualitativas, utilizou-se da análise temática, segundo Minayo (2014), que é o processo realizado a partir das transcrições do material coletado.

Foi preciso reunir o material e proceder a uma pré-análise, orientada pela construção de pressupostos iniciais que serviram de suporte para interpretação dos resultados. Logo, faz-se necessário realizar a leitura flutuante dos dados, respeitando alguns critérios de validade qualitativa, como a exaustividade-representatividade-homogeneidade (Minayo, 2013).

Na construção da codificação foi necessário captar palavras, falas e expressões mais significativas e que apareciam com maior regularidade nos materiais pré-analisados.

4.5 Aspectos éticos da pesquisa

A presente pesquisa atenderá aos princípios éticos segundo as Resoluções do CNS Nº. 466/2012 e Nº. 510/2016 para pesquisa com seres humanos.

É importante salientar que a pesquisa não expressa risco eminente à coleta de dados e à participação dos envolvidos (sujeitos pesquisados e pesquisadores). Entretanto, por se tratar de uma temática de estudo que envolve metodologias de ensino e a relação no ambiente, pode gerar angústia frente ao contexto de coleta de dados. Mediante a este aspecto, será ofertada uma escuta àquelas que necessitarem, pela equipe de pesquisa.

O estudo faz parte do Projeto de Pesquisa RELATOS DE CASOS & RELATOS DE EXPERIÊNCIA: a prática desenvolvida no CEPPACE do DPGPSI/FPM. Submetido à apreciação ética do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade Patos de Minas, CAEE: 92972318.0.0000.8078, tendo como instituição proponente a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS (AEPM) mantenedora da FACULDADE PATOS DE MINAS, sob parecer de aprovação número: 2.758.999, de 06 de julho de 2018 (Anexo B).

A pesquisa tem como possibilidade oferecer benefícios a partir da reflexão e compreensão sobre as relações em diferentes cenários, assim como promover saúde e educação, possibilitando produção de reflexões que abarquem as questões sociais, humanas, de saúde e educação diante das práticas pedagógicas na relação ensino e aprendizagem. Tem-se a perspectiva de provocar mudanças de estilos de vida e novas possibilidades de empoderar a sociedade por meio da educação em diferentes contextos através da prática pedagógica, demonstrando caminhos que possibilitem aos diferentes atores repensarem o lugar de protagonistas, em vista da sustentabilidade no ambiente.

5 RESULTADOS

Participaram da pesquisa 10 professoras que atualmente estão trabalhando no ensino fundamental, com alunos portadores de necessidades educativas especiais. Destas, 4 possuem formação na área de educação especial e 6 não possuem ; das que possuem formação, 2 são pós-graduadas em educação especial 1 possui pós-graduação em educação inclusiva e a outra possui pós-graduação em educação especial e inclusiva. Do total, 9 participantes possuem formação continuada, ofertada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Na tabela 1 é possível identificar os dados sobre a carreira das participantes do estudo.

Tabela 1 - Distribuição das participantes, de acordo com as carreiras

Participante	Tempo de Formada	Tempo de Trabalho com alunos NEE's
P1	25 anos	10 anos
P2	25 anos	5 anos
P3	25 anos	6 anos
P4	23 anos	23 anos
P5	33 anos	8 anos
P6	18 anos	2 anos
P7	23 anos	5 anos
P8	26 anos	10 anos
P9	10 anos	10 anos
P10	9 anos	4 anos

Fonte: Pesquisa dos autores

No tocante à busca da formação continuada para o desenvolvimento do trabalho da educação inclusiva, foi possível observar que em sua totalidade (n=10) as professoras buscam, por meio de cursos e leituras individualizadas, promoverem sua formação continuada; entretanto, para três professoras, a troca de experiência entre colegas também é um meio apontado como forma de aperfeiçoarem seus conhecimentos e a prática do trabalho com alunos NEE's.

Na análise dos dados em relação à formação continuada, observou-se que os cursos aos quais a maioria das professoras fazem referência são cursos ofertados

pela SEMED. No entanto é válido ressaltar que duas professoras pontuam a necessidade de aprimoramento do conhecimento e técnicas com os alunos NEE's, de modo que isso reflita no resultado de seu trabalho, no tocante ao ensino e aprendizado promovido na sala de aula.

Lendo a respeito do assunto, analisando a realidade do aluno, suas atitudes, suas capacidades, apoio dos pais, o meio em que vive... e acreditando que ele é capaz de aprender dentro de suas limitações ou não determinado conteúdo. (P1).

Me interessa por formação a respeito de todos os assuntos, não só em Educação Especial, mas todas as possibilidades de obter melhor resultado no processo de ensinar e aprender. (P5).

Quando as professoras foram questionadas sobre o modo como elas percebem a relação professor e aluno no contexto geral da sala de aula e no dia-a-dia, identificou-se que para todas as participantes, o vínculo entre professor e aluno é importante para fazer a diferença no ensinar e apreender.

Sobre o vínculo, 5 professoras referem-se à essa relação com o aluno como sendo positiva, como 'um fator de proteção' para a promoção da inclusão do mesmo no processo de ensino e aprendizagem junto da turma. Destaca-se a interação da família e o respeito como fator principal dessa promoção. Já 5 professoras pontuaram sua crítica em relação ao vínculo estremecido, como a terceirização do aluno para o professor apoio, o estagiário de sala e a ausência da família como 'fator de risco' para a promoção do ensino e da aprendizagem no tocante ao aluno NEE's.

Enxergo como uma relação de troca de experiências, onde um aprende com o outro. Uma relação onde se faz necessário conhecer o aluno, suas habilidades e dificuldades para poder orientá-lo da melhor forma possível. Uma relação de respeito, de aceitação, onde cada um tem seu lugar e papel. (P9).

Na análise dos dados foi possível identificar que 1 professora levantou a questão sobre o papel do docente nos dias atuais, onde identifica que, com a ausência de respeito e reconhecimento, o professor passou a ser apenas um replicador de conteúdos e não um profissional capacitado para ensinar e contribuir na formação pessoal e profissional do indivíduo.

Acho que essa relação se perdeu ao longo dos tempos, passando de alguém que ensina conteúdos e um pouco de conhecimento de vida, respeito, reconhecimento... para apenas, um replicado de conteúdo, que perdeu o devido respeito que mereceu e merece por parte de uma sociedade que passará por um professor. Se este é o

contexto atual, como uma criança (aluno) poderá conhecer e exercer este reconhecimento e respeito? (P8).

Em relação à prática da integração entre os alunos com NEE's e os demais colegas na Unidade Escolar, as professoras demonstraram que respeitar as diferenças, promover a interação, conhecer e valorizar o aluno, promover as mesmas oportunidades para todos e trabalhar os valores humanos são caminhos para integrar todos os alunos. Nas respostas referentes à relação de afeto entre professores e alunos e a aceitação de que cada um é único e deverá ser respeitado, com capacidades e tempos diferentes para aprender, percebe-se que esse é também um caminho percorrido por elas para que haja a integração.

É essencial salientar que uma professora ressaltou a importância da coletividade e de que a troca de informações e ideias em diferentes níveis possibilitam maior complementação e absorção de conhecimentos.

Todo meu trabalho parte do respeito de um para com o outro. (P3).

Primeiro passo é reconhecer que os alunos são diferentes, cada um tem seu ritmo para aprender, penso assim, devemos usar métodos diversificados e diferentes estratégias para tentar despertar o interesse pelos conteúdos trabalhados. (P10).

As estratégias mais utilizadas pelas professoras participantes da pesquisa na promoção da inclusão escolar foram avaliações individuais, instrumentos e recursos didáticos adaptados e flexibilização curricular. Além disso, fizeram referência a propiciarem o processo de ensino-aprendizagem de forma mais lúdica, realizarem atividades em grupo, suplementarem e complementarem as necessidades dos alunos, assim como a promoção da autoconfiança.

Estratégias como atividades em grupo, inseridas naturalmente e respeitosamente aqueles que ficam à margem da classe, faz diferença na autoestima e consequentemente no processo da aprendizagem. (P2).

Primeiro é preciso acolher e conhecer. O próximo passo é adaptar tudo que for necessário e contribuir para o desenvolvimento da autonomia do aluno. (P9).

O estudo revelou que para uma professora é importante procurar o aperfeiçoamento pedagógico por meio de formação e informações a respeito da inclusão escolar. Outra participante relatou sobre a importância de despertar o interesse dos demais alunos em relação ao aluno com NEE's e seu desenvolvimento,

buscando propiciar um ambiente onde ambas as partes participem do processo e sintam-se responsáveis uns pelos outros.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo evidenciou um perfil de professoras que buscam capacitação e com um tempo de carreira, em sua maioria, acima dos 20 anos. Segundo Carvalho (2015), o professor necessita ser preparado adequadamente de forma contínua quanto ao seu desenvolvimento profissional, desde a formação inicial e permeando, de forma continuada, por princípios e leis, contemplando as necessidades dos alunos com NEE's.

Para Souza e Silva (2005) é extremamente importante a afirmativa de que diariamente se faz urgência a qualificação profissional para o desempenho do processo de inclusão. O grande desafio dos cursos de formação de professores é como gerar conhecimentos que possam desencadear novas atitudes, para que as pessoas possam compreender o complexo ambiente de ensino, para que os professores possam exercer sua função docente de forma responsável e satisfatória para a diversidade (Carvalho, 2015).

De acordo com Naujorks & Sobrinho (2001), é necessário a elaboração de políticas públicas educacionais mais inclusivas, adequando a formação de professores às novas necessidades da educação, definindo assim, um perfil de profissional que possua habilidades e competências que atendam a necessidade brasileira.

Os resultados revelam que o vínculo entre professor e aluno se faz necessário quando se fala em inclusão escolar, sendo um “fator de proteção”. Para Pereira (2017), revelar emoções é um comportamento indispensável para a construção de bons relacionamentos interpessoais, potencializando efetivamente, e pode ser entendido como a energia necessária para que as emoções comecem a funcionar. O afeto estimula a velocidade com que se aprende e se constrói o conhecimento, pois quanto mais seguras se sentem as pessoas, mais facilmente aprendem (Davis & Oliveira, 1994).

Ainda em relação ao vínculo, foi possível identificar que a terceirização dos alunos com NEE's torna-se um “fator de risco”, ao passo que, segundo 5 participantes, esses alunos ficam a cargo de professores e estagiários apoio. Assim, o professor

acaba perdendo a autonomia em relação ao aluno e esses outros profissionais assumem responsabilidades de ensino-aprendizagem que não são suas atribuições.

Embora o professor apoio e o professor regente sejam dois profissionais essenciais no processo de inclusão, aprendizagem e desenvolvimento, vale destacar que existem diferenças entre eles, pois o regente é responsável pela formação e aprendizagem de toda a turma, e o apoio é o intermediário, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos NEE's, juntamente com a equipe pedagógica (Mousinho et al., 2010).

Ainda assim foi coletado na pesquisa que a ausência da família em nada contribui para a existência do vínculo entre professor e aluno, tornando-se um "fator de risco. Bartholdo (2001) salienta que a relação família-escola é importante para que aconteçam os processos de aprendizagem, bem como o amadurecimento de todos os membros do setor educacional. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), no seu artigo 4º, discorre que é dever de todas as esferas da sociedade, desde a família até o poder público assegurar de forma absoluta que a criança e o adolescente tenham acesso aos seus direitos garantidos por lei, como acesso à educação.

O professor é o indivíduo que favorece o reconhecimento do estímulo no ambiente, canalizando a atenção para os pontos cruciais, atribuindo sentido à informação dada, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios seja aplicada às diferentes formas de ensino, favorecendo o desenvolvimento através de um estímulo ambiental, que seja relevante e significativo (Lopez, 2011). Entretanto, o estudo revelou que a desvalorização do professor é um dado relevante coletado, para a inclusão escolar e promoção da saúde.

A desvalorização do docente não pode ser considerada um fator atual e surge do distanciamento entre ricos e pobres; afinal, a educação é empregada como forma de controle, atingindo então, os docentes. Ao passo que o professor se torna apenas um executor de instruções, acaba por ter sua autonomia, capacidade de reflexão e observação, para que possa planejar de acordo com a sua realidade e suas ações dentro de sala. Desse modo, os educadores perdem o interesse pela profissão e caem no comodismo (Detomini & Mariotin, 2017).

Os dados fornecidos pelas participantes demonstram que respeitar as diferenças é um instrumento de promover a inclusão escolar e a saúde. A inclusão requer inúmeros desafios e os resultados mostraram que o ato de respeitar as

diferenças presentes dentro das escolas está diretamente ligado a esse movimento (Santos & Souza, 2000).

Não é admissível que na atualidade se ignore a diversidade da população educacional, juntamente com diferentes interesses, experiências e vivências de vida, bem como estilos cognitivos, de aprendizagem, que se entrelaçam nesse ambiente (Brandão & Ferreira, 2013).

Outro dado revelado no estudo é como a troca de informações entre professores é relevante para o processo, pois cada uma contribui para o desempenho das funções da outra, tornando o trabalho um processo colaborativo. Para Velho, Fontoura, Moraes e Andrade (2017) é essencial para o docente desenvolver os saberes que possui e aqueles que venha a adquirir com outros profissionais e na formação continuada, assim, promovendo uma educação de qualidade.

Segundo Cunha (2012), é importante que o cotidiano nas salas de aulas seja trocado entre os professores, permitindo assim a busca e o desenvolvimento de referenciais teóricos que possibilitem o aprofundamento e a reflexão através do diálogo, não apenas da experiência individual, porém, da discussão coletiva.

Velho et al. (2017) ressaltam sobre a necessidade de o cotidiano das salas de aulas ser compartilhado entre os professores para que, como forma de legitimar, haja o aprofundamento e a reflexão não somente pela própria experiência individual, às vezes limitada, mas baseados na discussão coletiva.

A importância de adaptar os materiais, os ambientes e proporcionar atividades lúdicas são estratégias presentes nos dados revelados por essa pesquisa. De acordo com Menezes (2012), os alunos necessitam de liberdade para aprenderem conforme suas condições e essa necessidade precisa de ser promovida para todos os alunos, não apenas para alunos com NEE's.

Para o Ministério da Educação (Brasil, 2006), as adaptações curriculares são formas de o sistema educacional favorecer a todos os alunos, dentre estes, os alunos com NEE's, para que tenham acesso ao currículo e participação integral, efetiva e bem-sucedida.

Esse processo de adaptações curriculares é intitulado assim por não necessitar de autorização governamental, e sua implementação estar pautada totalmente no trabalho do docente, ou seja, o professor possui liberdade na adaptação curricular, conforme achar pertinente para promover a aprendizagem dos alunos, favorecendo a comunicação e interação dos mesmos no ambiente escolar (Menezes, 2012).

A importância da interação, citada acima, entre os alunos com e sem NEE's é revelada nos dados, promovendo assim a coletividade, a interação e o senso de responsabilidade interpessoal. Para Brandão & Ferreira (2013), todos os alunos, com ou sem necessidade educacional especial, na presença dos educadores podem interagir com mais frequência e assim, orientar as crianças a iniciar e manter as interações com seus pares com deficiência.

Para Faciola, Pontes e Silva (2012), a escola é o ambiente ideal para o surgimento das amizades; para Moreira (2014), os princípios que regem a inclusão dispõem que todas as crianças e jovens aprendem juntos, inclusive que o convívio de indivíduos com NEE's com seus pares contribui para o seu desenvolvimento.

7 CONCLUSÃO

Constatou-se que a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais é fator primordial para promoção da saúde e que os professores possuem papel importante nesse processo.

Os professores, embora contem com problemas referentes à educação como um todo, são promotores da inclusão escolar e oferecem sua contribuição de forma profunda através da sua formação continuada, no exercício de suas funções dentro e fora de sala de aula, bem como na busca de relações interpessoais com seus alunos e na interação de todos os alunos, em todas as esferas da unidade escolar.

Através das percepções das participantes foi possível identificar e constatar que a participação da família é primordial na construção da inclusão escolar e que o respeito deve estar presente, bem como o cumprimento das leis que amparam e defendem os direitos de acesso à educação e à saúde de todos; devem ser cumpridas para que o papel da educação seja exercido de forma a beneficiar todos e não apenas uma parte da população. E assim, a saúde será promovida de forma ampla, entendendo que a escolar e todas as suas particularidades são responsáveis por promover o bem-estar social de todos os seus alunos, respeitando suas necessidades e características.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. L., Melo, D. C. F., & França, M. G. (2019). Repercussão da política nacional de educação especial no Espírito Santo nos últimos dez anos. *Educação e Pesquisa*, 45, 1-17.
- Alves, G. G., & Aerts, D. (2011). As práticas educativas em saúde e a estratégia saúde da família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1), 319-325.
- Barbosa, A. J. G. & Moreira, P. S. (2009). Deficiência mental e inclusão escolar produção científica em educação e psicologia. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 15(2), 337-552.
- Bartholdo, M. H. (2001). *Relatos do Fazer Pedagógico*. Rio de Janeiro: NOOS.
- Benitez, P., & Domeniconi, C. (2018). Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 163-172.
- Booth, T., & Ainscow, M. (2012). *Index para a Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola*. 3a ed. (Santos, M. P. & Esteves, J. B., Trad.). Rio de Janeiro: *Laboratório de Pesquisa, estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação*—LaPEADE.
- Brandão, M. T., & Ferreira, Marco (2013). Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 19(4), p.487-502.
- Brasil. (2008). Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. *Revista Inclusão*, 4(1), 7-17.
- Brasil. Casa Civil. (1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil. Casa Civil. (1996). *Lei das diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil. Casa Civil. (2007). *Institui o Programa Saúde na Escola – PSE*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil. Ministério da Educação. (2006). *Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 6.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2015). *Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil. Secretaria de Atenção à Saúde. (2009). *Saúde na escola*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

- Canivez, P. (1991). *Educar o cidadão*. Campinas: Papyrus.
- Carta de Ottawa. (1986). *Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde*. In: Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde.
- Carvalho, J. B. S. (2015). *A importância da formação de professores na escola inclusiva: estudo de caso da escola classe nº64 de Ceilândia Sul – Brasília/DF*. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.
- Casemiro, J. P., Fonseca, A. B. C., & Secco, F. V. M. (2014). Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 829-840.
- Cunha, E. R. (2012). *Os saberes docentes ou saberes dos professores*. Tese de Doutorado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN.
- Davis, C., & Oliveira, Z. M. R. (1994). *Psicologia na educação* (Coleção Magistério 2º grau. Série formação do professor). São Paulo: Cortez.
- Declaração da Guatemala. (1999). Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Aprovado pelo Conselho Permanente da OEA, na sessão realizada em 26 de maio de 1999. (Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001). Guatemala: Autor.
- Declaração de Sundsvall. (1991). *Terceira Conferência Internacional de promoção da saúde*. In: Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde.
- Detomini, G. M., Mariotini, S. D. (2017). Fracasso no exercício do ofício docente: consequência da desvalorização social da profissão docente?. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, 4(1), 368-383.
- Dias, S., & Gama, A. (2014). Investigação participativa baseada na comunidade em saúde pública: potencialidades e desafios. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 35(2), 150-154.
- Fabrício, N. M. C., & Cantos, P. V. V. (2011). Diagnóstico- intervenção- perspectivas: atuação da escola inclusiva. *Construção psicopedagógica*, 19(19), 112-121.
- Faciola, R., Pontes, F., & Silva, S. (2012). Um estudo bioecológico das relações de amizade em sala de aula inclusiva. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(1), 76-92.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Frias, E. M. A., & Menezes, M. C. B. (2009). *Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino*

regular. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Paraná.

- Gomes, C., & Rey, F. L. G. (2007). Inclusão Escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. *Psicologia ciência e profissão*, 27(3), 406-417.
- Informes Técnicos Institucionais. (2002). A promoção da saúde no contexto escolar. Projeto Promoção da Saúde Secretaria de Políticas de Saúde/MS. *Revista Saúde Pública*, 36(2), 535-535.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Censo: indicadores sociais municipais de Patos de Minas*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). Sinopse Estatística da Educação Básica 2010. Brasília: Autor.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Autor.
- Lacerda, C. B. F. (2006). A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Caderno Cedes*, 26(69), 163-184.
- Lopez, J. C. (2011). *A formação de professores para a inclusão de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas*. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED. Brasília, DF.
- Magalhães, R. C. B. (2003). (Org.). *Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial*. Fortaleza: Demócrito Rocha.
- Marchesi, A., & Martín, E. (1995). Da terminologia do distúrbio às necessidades educativas especiais. In: Coll, C., Marchesi, A., & Palácios, J. (Orgs). *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Domingues, M. A. G (Trad). Artes Médicas, 3, 7-23.
- Marques, P. B. & Castanho, I. S. (2011). O que é a escola a partir do sentido construído por alunos. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 15(1), 23-33.
- Mendes, E.G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 11(33), 387-559.
- Mendonça, G. F. (1982). Educação em saúde, um processo educativo. In: *Encontro Estadual de Experiências de Educação e Saúde*. Porto Alegre.
- Menezes, E. M. C. (2012). *O papel do professor no processo de inclusão*. Trabalho final de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de

- Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. 1-70.
- Menino-Mencia, G. F., Belancieri, M. F., Santos, M. P., & Capellini, V. L. M. F. (2019). Escola Inclusiva: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, 23, 1-11.
- Minayo, M.C.S. (2013). O desafio da pesquisa social. In Minayo, M.C.S., Deslandes, S.F., & Gomes, R. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Minayo, M.C.S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC.
- Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). Observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3, 724-733.
- Moreira, F. L. S. (2014). *Aceitação de alunos com NEE pela turma: um contributo para o debate sobre inclusão*. Provas para obtenção do grau de Mestre Necessidades Educativas Especiais – Domínio Cognitivo e Motor, Instituto Superior de Educação e Ciências – ISEC, p.1-116.
- Mousinho, R., Schmid, E., Mesquita, F., Pereira, J., Mendes, L., Sholl, R. et al. (2010). Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. *Revista Psicopedagogia*, 27(82), 2-8.
- Naujorks, M. L., & Sobrinho, F. P. N. (2001). (Orgs). *Pesquisa em educação especial – o desafio da qualificação*. Bauru: Educar.
- Oliveira, T., Viana, A. L. S., Boveto, L., & Sarache, M. V. (2013). Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas. *Políticas Educativas*, 6(2), 145-160.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). *Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca, ES: Autor.
- Organização das Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova Iorque: Autor.
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque: Autor.
- Papim, A. A. P., & Sanches, K. G. (2013). *Autismo e Inclusão: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo*. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário Católico Salesiano, Lins, SP.

- Paraná, Conselho Estadual de Educação. (2003). *Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná: Deliberação n.º 02/2003*. Paraná: Autor.
- Pereira, J. C. (2017). *Afetividade: A importância da relação professor e aluno como fator motivacional no processo de ensino e aprendizagem*. Monografia apresentada ao curso de Ciências Biológicas (Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso), como requisito parcial à obtenção do Grau de Licenciado em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, p.71.
- Poole, R., Smith, D., & Simpson, S. (2015). Howpatientscontributeto na online PsychoeducationForum for Bipolar Disorder: a virtual participantobservationstudy. *JMIR Mental Health*, 2(3), 1-10.
- Rocha, A. B. O. (2017). O papel do professor na educação inclusiva. *Ensaio Pedagógicos*, 7(2), 1-11.
- Sanches, T. & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. *Revista Lusófona de Educação*, 8(8), 63-83.
- Santos, M. P., & Souza, L. P. F. (2000). Inclusão: respeito às diferenças. *Cadernos Pestalozzi*, 2(3), 1-10.
- Sasaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.
- Silva, L. G. M., & Ferreira, T. J. (2014). O papel da escola e suas demandas sociais. *Periódico Científico Projeção e Docência*, 5(2), 6-23.
- Silva, O. G., & Navarro, E. C. A. (2012). A relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem. *Interdisciplinar*, 9(8), p.95.
- Silva, E. A. (2011). *Os desafios do autista no cotidiano escolar*. Monografia (Especialização) - Universidade de Brasília – UNB, Brasília, DF.
- Souza, R. C., & Silva, G. S. (2005). Desafios para o educador inclusivo: o educador frente à diversidade e à inclusão. *Revista da FAGED*, 9, 238-252.
- Tomaz, G. (2011). *Aprender: uma necessidade, um direito e uma possibilidade ao alcance de todos*. Trabalho de projeto do Mestrado em Ciências da Educação - Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Velho, C. O., Fontoura, F., Moraes, J. P. D., & Andrade, I. C. F. (2017). Os docentes e os possíveis espaços de troca de saberes em ambiente escolar. In: XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 28 a 31 de agosto de 2017.
- Vinuto, J. A. (2014). Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



www.faculdadepatosdeminas.edu.br

Campus JK
Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira
Bairro Cidade Nova, 1200, Bloco 3B
Patos de Minas – MG
CEP: 38706-002
Patos de Minas, MG
T 55 34 3818-2300



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Resolução CNS Nº. 466/2012)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "**INCLUSÃO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE PROMOVER SAÚDE COM ESTUDANTES PORTADORES DE NEE's**", coordenada pelo pesquisador(a) responsável Prof. Dr. Gilmar Antoniassi Junior e conduzida por Pâmela Andrade Araújo aluno(a)/pesquisador(a) do Curso de Psicologia da Faculdade Patos de Minas - FPM. Essa pesquisa se justifica por sua necessidade de explorar o relato do estágio em Intervenções Educacionais.

1. Os objetivos com os quais essa pesquisa estará sendo realizada será: investigar a percepção de professores do ensino fundamental acerca da inclusão escolar de estudantes portadores de Necessidades Educacionais Especiais (NEE's), em observação das práticas educativas para promover saúde na escola.
2. Para tanto, serão realizados procedimentos de entrevista e observação no campo de estágio.
3. O procedimento de coleta de dados constará de observação e entrevistas.
4. Os benefícios esperados diante de sua participação neste estudo correspondem ampliar as possibilidades de atuação do Psicólogo Escolar na perspectiva da Promoção da Saúde.
5. Sua identidade, será mantida em sigilo absoluto sob responsabilidade do pesquisador, estando o mesmo sujeito às penas previstas na Lei brasileira, e de posse do CEP/FPM por 5 anos.
6. Cabe a você decidir se deseja ou não participar dessa pesquisa. Se decidir participar deverá assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, estando ciente de que terá o direito de interromper o estudo e/ou retirar seu consentimento a qualquer momento durante o desenvolvimento da pesquisa sem que isso afete seus direitos aos cuidados futuros, implique responsabilização ou cancelamento dos serviços oferecidos pela instituição. Sua participação é livre e não implica quaisquer tipos de recebimento de remuneração ou pagamento.;
7. Em relação a qualquer dano direta ou indiretamente causado por esta pesquisa, o(s) Pesquisador(es) do Estudo e seus assistentes e a Instituição serão responsáveis, perante a lei brasileira, pela indenização de eventuais danos que o participante de pesquisa possa vir a sofrer, bem como por prestar assistência imediata e integral, nos termos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde;
8. Os seus dados pessoais e as informações obtidas neste estudo, pelo pesquisador e sua equipe, serão garantidos pelo sigilo e confidencialidade. Os seus dados do estudo serão codificados de tal modo que sua identidade não seja revelada;
9. Você terá o direito de dirigir-se, a qualquer momento, ao(s) pesquisador(es) e ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Patos de Minas - FPM, para os esclarecimentos sobre dúvidas que surgirem durante a pesquisa, tendo, portanto, o direito à informação. Nesse caso, entre em contato:
 - Nome do Pesquisador: DR. GILMAR ANTONIASSI JUNIOR
Telefone: (34) 3818-2327
Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1220, Cidade Nova – Bloco 3ª 'DPGPSI'
CEP: 38700-156 – Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil.
 - Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Patos de Minas
Ito Endereço: Campus JK, Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, Bairro Cidade Nova, 1200, Bloco 3B Patos de Minas – MG, CEP: 38706-002, Patos de Minas, MG. Telefone: (34) 3818-2300
E-mail: cep@faculdadepatosdeminas.edu.br
Horário de funcionamento: ~~seg. qua~~, sex: 7h às 12h / terça e quinta: 13h às 17h.
10. DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO:
 - Eu recebi informação oral sobre o estudo acima e li por escrito este documento.
 - Eu tive a oportunidade de discutir o estudo, fazer perguntas e receber esclarecimentos.
 - Eu concordo em participar do estudo e estou ciente que minha participação é totalmente voluntária.

Rubrica do Pesquisador

Rubrica do Representante



www.faculdadepatosdeminas.edu.br

Campus JK
Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira
Bairro Cidade Nova, 1200, Bloco 3B
Patos de Minas – MG
CEP: 38706-002
Patos de Minas, MG
T 55 34 3818-2300



- Eu entendo que posso retirar meu consentimento a qualquer momento sem que isso afete meu direito aos cuidados futuros.
- Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será assinado e rubricado em duas vias originais por mim e pelo Pesquisador.
- Assinando este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o Pesquisador do Estudo garantirá ao Participante da Pesquisa, em seu próprio nome e em nome da instituição, os direitos descritos neste documento.
- Eu entendo que receberei uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A outra via original será mantida sob a responsabilidade do Pesquisador do Estudo.

Para ser assinado e datado pelo Participante da Pesquisa:

Assinatura do Participante da Pesquisa

Data da Assinatura

Nome do Participante da Pesquisa por extenso (LETRAS MAIÚSCULAS)

Para ser assinado e datado pelo Pesquisador do Estudo:

Assinatura do Pesquisador do Estudo

Data da Assinatura

PÂMELA ANDRADE ARAÚJO

DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

DECLARO, para fins de realização de pesquisa, ter elaborado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cumprindo todas as exigências contidas no Capítulo IV da Resolução 466/12 e que obtive, de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa acima qualificado para a realização desta pesquisa.

Local: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador Responsável

DR. GILMAR ANTONIASSI JUNIOR

Rubrica do Pesquisador

Rubrica do Representante

ANEXO B



Mantenedora
Associação Educacional de Patos de Minas
CNPJ: 08.238.898/0001-29

FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA
Curso Bacharelado em Psicologia
Programa de Pós-graduação Lato Sensu de Psicologia em
Processos Clínicos e Promoção da Saúde

Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, Bairro Cidade Nova, 1200, Bloco 3A - Patos de Minas - MG, CEP: 38706-902 - Tel.: (34)3818-2327
www.faculdadepatosdeminas.edu.br / www.dpgpsifpm.com.br

Gabinete do Coordenador de Graduação
Documento de Ordem, s/n, DPGPSI.FPM

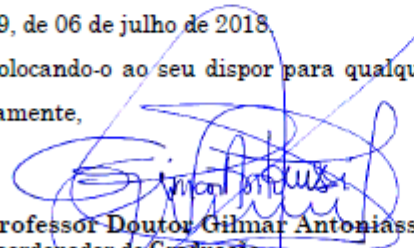
Patos de Minas, 28 de dezembro de 2020.

Aos Cuidados
Pesquisador Responsável – Gilmar Antoniassi Junior
Pesquisador Participante – Pâmela Andrade Araújo
C/C.: Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade Patos de Minas

Assunto: DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE E OUTROS ASSUNTOS SE FAZEM.

O Coordenador do Departamento de Graduação em Psicologia da Faculdade Patos de Minas, DECLARA para os devidos fins, que os pesquisadores acima supracitados, autores do estudo, “INCLUSÃO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE PROMOVER SAÚDE COM ESTUDANTES PORTADORES DE NEE's”, faz parte da produção resultante do Projeto de Pesquisa RELATOS DE CASOS & RELATOS DE EXPERIÊNCIA: a prática desenvolvida no CEPPACE do DPGPSI/FPM. Submetido a apreciação ética do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade Patos de Minas, CAEE: 92972318.0.0000.8078, tendo como instituição proponente a ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS – AEPM mantenedora da FACULDADE PATOS DE MINAS, sob parecer de aprovação número: 2.758.999, de 06 de julho de 2018.

Colocando-o ao seu dispor para qualquer informação suplementar, firmando muito atenciosamente,



Professor Doutor Gilmar Antoniassi Júnior
Coordenador de Graduação
Departamento de Graduação em Psicologia
Faculdade Patos de Minas

Curso Reconhecido pela Portaria DIREG/MEC Nº. 371 de 30/08/2011, renovado Reconhecimento de Curso pela Portaria DIREG/ME Nº. 267 de 03/04/2017, publicado DOU em 04/04/2017, nº. 65, sessão 1, pág. 70-81.

COPIA NO CONTROLADA
DPGPSIseM2aN2020.

ELCS.DPGPSIseM2020

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA**Autor Orientando:**

Pâmela Andrade Araújo

Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1220, Cristo Redentor - Patos de Minas/MG

Telefone de contato: (34) 9 9269-1253

Email: andradepamela19@gmail.com

Autor Orientador:

Gilmar Antoniassi Júnior

Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1220, Cristo Redentor - Patos de Minas/MG

Telefone de contato: (34) 3818-2327

Email: gilmar.junior@faculdadepatosdeminas.edu.br

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial desse trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Patos de Minas, 24 de fevereiro de 2021

Pâmela Andrade Araújo

Dr. Gilmar Antoniassi Júnior



FACULDADE PATOS DE MINAS



FACULDADE PATOS DE MINAS

Mantenedora – Associação Educacional de Patos de Minas

Portaria de Recredenciamento MEC – DOU Nº. 1469 de 10 de Outubro de 2011.

Departamento de Graduação em Psicologia

Curso de Bacharelado em Psicologia

(Formação de Psicólogo)

Curso Reconhecido pela Portaria DIREG/MEC Nº. 371 de 30/08/2011, renovado Reconhecimento de Curso pela Portaria DIREG/ME Nº. 267 de 03/04/2017, publicado DOU em 04/04/2017, nº. 65, sessão 1, pág. 70-81

“Como Psicólogo, eu me comprometo a colocar minha profissão a serviço da sociedade brasileira, pautando meu trabalho nos princípios da qualidade técnica e do rigor ético. Por meio do meu exercício profissional, contribuirei para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão na direção das demandas da sociedade, promovendo saúde e qualidade de vida de cada sujeito e de todos os cidadãos e instituições.”

(Juramento do Psicólogo – Conselho Federal de Psicologia)